

Tendências Pesadas no Contexto Nacional e Internacional

Hugues de Jovenel

DT 22-99

Maio 1999

As análises, opiniões e conclusões expressas neste documento de trabalho são da exclusiva responsabilidade do seu autor e não reflectem necessariamente posições do Ministério da Economia.

Tendências Pesadas no Contexto Nacional e Internacional

Quelques Tendances Lourdes du Contexte National et International*

(Edição bilingue)

por

Hugues de Jouvenel

Director-Geral do Grupo Futuribles

Director da Revista Futuribles

* IAURIF “Demain, quelques localisations possibles pour les emplois en Ile-de-France”. – Eléments de cadrage.

Texto de apoio ao Seminário “Revolução da Inteligência e Novo Paradigma Técnico-Económico”.

FICHA TÉCNICA

Título: Tendências Pesadas no Contexto
Nacional e Internacional

Quelques Tendances Lourdes du Contexte
National et International
(Edição bilingue)

Autor: Hugues de Jouvenel

Editor: GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica
do Ministério da Economia
Rua José Estêvão, 83-A, 1.º-Esq.
1169-153 Lisboa
Gep@mail.telepac.pt

Concepção gráfica: Deltagraphos - Design e Publicidade, Lda.

Impressão e acabamento: Alves & David, Lda.

Tiragem: 1000 exemplares

Edição: Lisboa, Maio 1999

ISBN: 972-8170-51-3

Depósito legal: 138 082/99

Sumário/Sommaire

1. Tendências pesadas no contexto nacional e internacional	7
2. O contexto internacional	9
3. Emergência de um novo paradigma técnico-económico	11
4. A crise dos sistemas de produção e de regulação sociais	15
5. Quais os futuros possíveis?	19
1. Quelques tendances lourdes du contexte national et international	23
2. Le contexte international	25
3. L'émergence d'un nouveau paradigme technico-économique	27
4. La crise des systèmes de protection et de régulation sociales	31
5. Quels futurs possibles?	35
6. Documentos publicados	37

1. Tendências pesadas no contexto nacional e internacional

O objectivo deste texto é tentar traçar um panorama sobre as grandes tendências de evolução, a médio e a longo prazo, do contexto externo da região Ile-de-France. Este exercício, que constitui um autêntico desafio, implica uma opção preliminar: a de ser largamente abrangente, perdendo, assim, em profundidade analítica aquilo que nos esforçamos por ganhar em largueza de vista.

Em primeiro lugar, pretendo evocar, muito brevemente, algumas das tendências principais do con-

texto geopolítico mundial para me concentrar, em seguida, nas tendências internas às sociedades da Europa ocidental, tratando, em primeiro lugar, das tendências internas do sistema de produção e, em seguida, das que interessam mais ao futuro dos nossos sistemas de protecção e de regulação sociais. Finalmente, esforçar-me-ei por traçar alguns cenários que ilustram o leque dos futuros possíveis, insistindo particularmente nas respectivas consequências em termos de emprego.

2. O contexto internacional

Mesmo que a análise pormenorizada das grandes tendências de evolução do contexto geopolítico mundial esteja excluída deste trabalho, e se optei por me concentrar mais sobre as tendências internas nos países da Europa ocidental, nenhuma reflexão sobre o futuro a médio e a longo prazo poderia excluir a emergência de uma nova “ordem” mundial que me parece, hoje em dia, dominada por cinco fenómenos principais:

1. Estamos a assistir a **um processo simultâneo de globalização e de fragmentação à escala planetária**. Com, por um lado, a tomada de consciência de que constituímos “uma só terra” e de que somos todos solidários de um ecossistema global. Mas, o aumento das interdependências também é notável no plano comercial, económico e financeiro, o que resulta, entre outros, no desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação e que se traduz pelo aparecimento de uma aldeia planetária financeira, assim como pelo desenvolvimento de produtos de consumo (coca-cola e o *blue jean*) que faz correr o risco de uma certa homogeneização. Por outro lado, e talvez em parte como reacção a esse fenómeno de homogeneização, assistimos a um aumento das reivindicações de identidade e a manifestações múltiplas de uma necessidade, provavelmente crescente, de enraizamento local.
2. O fim da guerra fria não marcou, de modo algum, o início do “fim da história” (Francis Fukuyama), nem o aparecimento de uma era pacífica. Pelo contrário, este período caracteriza-se pela **subida dos riscos multipolares de toda a natureza**, pela multiplicação dos conflitos internacionais e internos de origem diversa (étnica, civilizacional, religiosa...) utilizando as formas mais primitivas da barbárie assim como as tecnologias mais avançadas.

É notável a multiplicação dos focos de tensão e de conflito, que já não constituem o apanágio

dos Estados (mas que são, por vezes, a consequência da colocação em questão das estruturas político-institucionais de ontem), nem das forças armadas, e que já não seguem as regras mais ou menos admitidas universalmente. Muito pelo contrário, as populações civis são directamente implicadas e são as principais vítimas desses conflitos. A velha oposição entre a segurança interna e externa desmoronou-se, nem que seja sob o efeito do terrorismo, das máfias e de questões transfronteiriças tais como o comércio internacional de drogas ilícitas.

3. Uma das características, porventura das mais preocupantes, do período actual, é a **ausência de instituições e processos de regulação e controlo ao nível mundial**. Nenhum Estado, ou grupo de Estados, é hoje suficientemente poderoso para impor regras de jogo universalmente aceites. Tal deve-se, provavelmente, à multiplicação dos Estados (de 60, em 1938, o número passou para 194 em 1995), à menor influência que exercem tanto no plano interno como externo (incluindo o facto, sem precedentes, do poder adquirido por certas empresas transnacionais cada vez mais apátridas), ao fenómeno simultâneo da mundialização, da descentralização e da desconcentração (só a América do Norte contra “100 000 governos”) e ao bloqueio subsequente das organizações intergovernamentais estabelecidas depois da Segunda Guerra Mundial, isto é, na realidade, a “subida das interdependências sem o aumento simétrico dos meios para as gerir”⁽¹⁾. A este propósito, por exemplo, o acordo de Quioto (Dezembro de 1997) sobre a mudança climática é sintomático; vai certamente na direcção correcta, mas não é acompanhado por qualquer cláusula – isto é, de uma autoridade mundial – que permita verificar o cumprimento da convenção.

⁽¹⁾ Kimon VALASKAKIS “Mundialização e governo. O desafio da regulação pública planetária”, in revista “Futurible” n.º 230, Abril de 1998.

Os Estados Unidos, como única potência hegemónica, estão, neste contexto, numa posição delicada, uma vez que a respectiva tendência para desempenharem um papel de polícia de mundo se encontra fortemente posta em causa, tanto interna como externamente, dado que nenhuma potência – certamente que não a Europa, mas também não a ASEAN – vem contrabalançar a deles.

4. Quando se fala da mundialização da economia, seria talvez mais exacto falar-se de fenómenos de **“triadização” da economia**. Com efeito, esta é dominada pelos três pólos constituídos pela ALENA, liderada pelos Estados Unidos, pela ASEAN, liderada – apesar da crise financeira que vem abalando o Sudeste Asiático desde 1997 – pelo Japão, e composta pelos quatro dragões mais a China, e, finalmente, a União Europeia, liderada, oficialmente, pelo eixo franco-alemão. Entretanto, o fosso entre essas regiões e as menos avançadas não para de se alargar.

Se tivéssemos tempo, conviria interrogarmo-nos sobre as forças e as fraquezas respectivas desses três pólos, a União Europeia aparecendo como o mais fraco dos elos dada a ausência – apesar do estabelecimento do euro – de uma

verdadeira política económica, fiscal, industrial, comercial comum, incluindo em sectores tão estratégicos como o das novas tecnologias.

5. **A transição iniciada na Europa central e oriental** – região composta por países com situações muito desiguais – constitui um fantástico desafio interno para os PECO, mas também para a União Europeia. Ora, o mínimo que se pode dizer é que o progresso da transição é desigual segundo os países e que a respectiva situação económica, social e política continua marcada por grandes incertezas. A respectiva integração progressiva numa União Europeia alargada irá suscitar problemas que, de certo modo e em menor escala, já se encontram prefigurados na unificação alemã.

Passo agora a abordar as tendências internas às sociedades industrializadas e, mais especialmente, às sociedades da Europa ocidental que têm por particularidade o facto de terem adoptado um modelo de desenvolvimento baseado, essencialmente, em dois pilares: por um lado, o sistema de produção; por outro, o sistema de protecção e de regulação sociais. Estes dois sistemas, cuja dinâmica e sinergia foram notáveis durante o período entre os anos 50 e 80, parecem-me estar marcados, hoje em dia, por transformações estruturais fundamentais.

3. Emergência de um novo paradigma técnico-económico

1. A primeira tendência que me parece caracterizar a evolução a longo prazo das economias modernas diz respeito à **terciarização do conjunto das actividades produtivas**.

Existem duas maneiras de apreender este fenómeno de terciarização: a primeira, inspirada na distinção, cara aos economistas, entre os sectores primário, secundário e terciário, procura demonstrar que, se num primeiro tempo passámos da era agrária para a era industrial, estaríamos actualmente numa fase de transição entre a era industrial e a era pós-industrial, ou sociedade da informação e da comunicação. Prova disso seria o aumento dos serviços e a crescente proporção de mão-de-obra que trabalha no sector terciário. Mas parece haver uma forma diferente de apreender esse fenómeno de terciarização, que traduz a realidade de modo mais pertinente: consiste em medir a crescente parte dos activos incorpóreos integrados tanto nos produtos agrícolas ou agro-alimentares, como nos produtos manufacturados, quer sejam tradicionais ou de alta tecnologia.

A título de exemplo, o custo de um quilo de manteiga depende cada vez menos do preço da matéria prima e dos custos salariais do pessoal que trabalha directamente com essa matéria prima; depende cada vez mais das actividades imateriais a montante (a investigação e desenvolvimento sobre sementes, alimentos, o progresso genético nas plantas e animais) e a jusante (a distribuição, redes de frio, publicidade, marketing, serviços financeiros). Observa-se o mesmo fenómeno no domínio industrial. Assim, o preço do automóvel depende cada vez menos do custo dos materiais utilizados (a chapa, o plástico, materiais compósitos) e dos custos salariais do pessoal que trabalha directamente com esses materiais; depende, cada vez mais, dos investimentos do construtor na investigação e desenvolvimento, em engenharia de concepção, e em publicidade, *marketing* e serviços financeiros.

As principais fontes de riqueza mudaram de natureza. Ontem, a riqueza baseava-se em recursos do solo e do subsolo e, em seguida, nos produtos manufacturados. Hoje em dia, a riqueza baseia-se cada vez mais nas nossas capacidades de investigação e desenvolvimento, nas patentes, nos programas informáticos, na organização e na gestão ou, de um modo geral, no conjunto desses factores imateriais que não se desenvolvem por oposição ao sector primário ou secundário, mas que desempenham um papel cada vez mais estratégico nesses dois sectores.

2. Devido a essa desmaterialização das economias modernas, assistimos à **emergência de um novo paradigma técnico-económico** relativamente ao qual só citarei, a título de exemplo, quatro características.
 - Assistimos a uma **desassociação muito clara entre o crescimento económico e o consumo de matérias-primas energéticas e não energéticas**. Tal resulta, é claro, do facto de que se consome menos matérias-primas por unidade de PIB terciário do que por unidade de PIB industrial. Mas também resulta das políticas que adoptámos – mesmo se os nossos esforços abrandaram – tendo em vista um melhor domínio dos nossos consumos de matérias-primas, especialmente energéticas, e, é claro, o desenvolvimento de ciências e técnicas que permitem realizar substituições entre materiais; assim, hoje em dia, e numa distância igual, conseguimos transmitir, com 50 kg de fibras ópticas, o mesmo número de mensagens telefónicas que conseguíamos enviar com uma tonelada de cobre, tendo reduzido, por um factor de vinte, o nosso consumo de energia.
 - Também assistimos a uma **separação crescente entre a esfera financeira e a economia real**, isto é, a produção efectiva de bens

e serviços. Estima-se que o fluxo diário de capitais trocados em todo o planeta ascende a 1.400 mil milhões de dólares, cerca de cem vezes mais do que o valor das transacções comerciais reais!

Além disso, e também por causa do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, assim como das inovações de produtos financeiros (por exemplo, os produtos derivados), as bolsas de Tóquio, Nova Iorque e Londres têm uma interacção permanente umas sobre as outras e, como são geridas por autómatos financeiros idênticos, assiste-se ao desenvolvimento de fenómenos de *boom* e de *crash* que, em larga medida, nada têm a ver com a economia real. Essa desconexão não está isenta de consequências, incluindo ao nível micro-económico, dado que um bom comerciante tem, hoje em dia, melhores possibilidade de ganhar mais através de uma gestão hábil da respectiva tesouraria, do que através das margens que obtém da venda dos produtos que propõe...

- Também assistimos a um **aumento das interdependências entre os sectores primário, secundário e terciário** sobre o qual não voltarei a falar.
- Finalmente, assistimos a um **aumento das interdependências entre países e a um fenómeno de mundialização da economia** que resulta, em larga medida, do fenómeno de desmaterialização que acabo de referir.

A riqueza de ontem era constituída por recursos materiais – matérias-primas e produtos manufacturados – transportados em camiões de 10 toneladas que qualquer guarda alfandegário – até um pouco míope – podia mandar parar na fronteira e aplicar os regulamentos nacionais. A riqueza de hoje é essencialmente constituída por patentes, programas informáticos, sinais financeiros... Estamos a assistir a um aumento fantástico dos fluxos de dados transfronteiriços aos quais o guarda alfandegário – seja ele francês ou europeu – não tem qualquer possibilidade de se opor.

A economia tornou-se mais fluida e volátil, está a organizar-se cada vez mais segundo uma lógica de rede à escala planetária, cada vez mais desligada da lógica territorial sobre a qual assenta o princípio da soberania nacional ou sobre a qual poderia assentar o princípio da co-soberania europeia. Daí a perda de eficácia das políticas públicas no quadro estreito do Estado-nação – ou até a inversão das relações de poder entre o Estado e as grandes empresas.

Essas grandes empresas – elas próprias organizadas segundo uma lógica de rede – terão cada vez mais tendência para colocarem os nossos territórios em concorrência dado que, de um país para outro – incluindo dentro do espaço europeu e, mais ainda, a nível mundial – as legislações sociais e fiscais diferem (daí o fenómeno de deslocalização dos lucros para paraísos fiscais), os custos salariais são muito desiguais (o que explica, em parte, a deslocalização das actividades produtivas com uma forte componente de mão-de-obra). A mundialização da economia provoca a mundialização do mercado do trabalho, sem haver nada que demonstre que o antigo ministro do Trabalho do Governo Clinton, Robert Reich, tem razão quando afirma que irá estabelecer-se uma divisão de tarefas entre o Norte, em que se concentrariam as actividades altamente qualificadas, e o Sul para o qual migrariam as actividades que requerem uma mão-de-obra abundante e menos qualificada.

Se o conceito de economia nacional está a perder sentido, o de economia regional poderá, pelo contrário, estar a adquirir uma nova pertinência. Com efeito, não existem redes sem nós de ligação e muitas investigações recentes⁽²⁾ convergem na demonstração da emergência de uma **“economia de arquipélago”**, de economias metropolitanas cada vez menos ligadas ao *interland* e cada vez mais ligadas, horizontalmente, entre elas⁽³⁾. A questão da atracção relativa dos territórios torna-se, assim, cada vez

⁽²⁾ Vide, por exemplo, os trabalhos de Pierre VELTZ. *Mundialização, cidades e territórios. a economia do arquipélago*. Paris: PUF, 1996.

⁽³⁾ Thérèse SPECTOR : “La prospective urbaine. Un état des lieux”. In revista *Futuribles*, n.º 229, Março de 1998.

mais fundamental. Ora, esta depende não só das infra-estruturas e equipamentos, mas também – e, sem dúvida, cada vez mais – da existência de recursos humanos, de uma dinâmica social, de um quadro de vida... mais ou menos favorável ao desenvolvimento da inteligência, no sentido mais amplo do termo, individual e colectiva da respectiva população.

Não nos deixemos enganar sobre o desafio. A existência de uma boa rede de informação, de comunicação e de transporte constitui o mínimo necessário. Mas a diferença residirá, cada vez mais, no nível imaterial, através, por exemplo, da articulação entre a investigação, a indústria e a banca, mas também com a qualidade de vida.

3. Como corolário dessa mundialização, as empresas deverão melhorar a respectiva competitividade nos mercados mundiais. Esta procura de competitividade organiza-se, essencialmente, em todos segundo quatro tipos de estratégia:

- A terciarização da indústria, e, portanto, a incorporação crescente do *input* imaterial, a fim de produzir, cada vez mais, bens à medida de forte valor acrescentado (que são, frequentemente, bens de “serviço incluído”).
- A industrialização dos serviços que, por exemplo, é muito notável quando se compara o desenvolvimento das indústrias culturais com o desenvolvimento das práticas, ou ainda com o das indústrias desportivas.
- A modernização da administração que, aos olhos do patronato, deve ser vista essencialmente numa óptica de racionalização das opções orçamentais consistindo no melhoramento da relação custo/eficácia dos “gastos gerais” da Nação. Mas, não nos podemos contentar de uma tal visão estritamente contabilística e, para além da indispensável modernização do Estado, haverá que repensar as respectivas finalidades particulares, nomeadamente o novo papel que convém atribuir-lhe como contrapeso às forças do mercado, “um Estado estrategico, garante do interesse geral”⁽⁴⁾.
- A transferência, para fora do mercado – e, portanto, da esfera doméstica – das activi-

dades de produtividade estagnada ou em declínio, que já não podem ser asseguradas pela economia de mercado e que não dependem das políticas públicas, o que se traduz pela produção de móveis em *kits* (para montar em casa), pelo desenvolvimento de grandes superfícies (uma parte da produção passa a ser assegurada pelos clientes), pelo banco em casa e, amanhã, pelo comércio electrónico.

4. O melhoramento da produtividade das empresas passa, evidentemente, pela inovação.

A **inovação tecnológica** vem em primeiro lugar, nem que seja porque se trata de tecnologias fundamentalmente novas, genéricas e combinatórias e, por conseguinte, eminentemente difusoras, isto é, tecnologias que têm vocação a espalhar-se pelas nossas fábricas, escritórios, lares e espaços públicos. Com a ressalva, porém, de que as tecnologias não se difundem ao ritmo a que vão surgindo, mas sim ao ritmo, muito desigual, a que a sociedade é capaz de se apropriar dessas novas técnicas e de adquirir os conhecimentos práticos correspondentes.

A **organização sócio-organizacional** **desempenha**, portanto, um papel não menos importante, ou até ainda mais importante do que a inovação tecnológica. Esta inovação sócio-organizacional desenvolve-se a vários níveis:

- Através da **evolução das formas de organização**. Os consultores de gestão gostam de dizer que vamos passar das estruturas em pirâmide de ontem, para estruturas de tipo policelular, portanto para equipas de projecto. Na realidade, a pirâmide subsiste, mas o respectivo número de degraus foi reduzido, e ela coabita com equipas transversais por objectivos; o maior desafio consiste em passar de uma gestão por autoridade, para uma gestão cuja vocação principal é de mobilizar a inteligência de todos e a todos os níveis.

⁽⁴⁾ Vide, nomeadamente, o relatório da Comissão do Commissariado Geral do Plano, presidida por Christian Blanc, sobre o “Estado, administração e serviços públicos do ano 2000”. Commissariat Général du Plan. Paris: Documentation Française, 1993.

- Através da **emergência de novas formas de emprego**. Em primeiro lugar, vemos bem que os empregos que se estão a desenvolver são, principalmente, os que são pudicamente designados por “atípicos”, nomeadamente os empregos temporários e a tempo parcial. Parece provável que esses empregos prefigurem as formas de emprego no futuro, mais do que o posto de trabalho permanente que se desenvolveu entre as décadas de 50 a 80.

Mais fundamentalmente, parece-me que vamos passar do conceito de estatuto para o de função. Encontramo-nos, especialmente em França, numa sociedade em que a obtenção de um diploma (fortemente determinada pela pertença social) conferia aos indivíduos um estatuto que era acompanhado – fizesse-se o que se fizesse – por uma remuneração, ela própria praticamente revalorizada em função da antiguidade; por seu turno esses mesmos diploma e antiguidade determinavam o nível de ingresso e a ascensão natural para escalões mais elevados.

Esse sistema que, segundo tudo indica, continua a ser largamente dominante, parece-me estar condenado a longo prazo. O que irá contar cada vez mais será a função; já não o diploma mas as qualificações, sendo a remuneração determinada pelos desempenhos (pessoais ou colectivos) relativamente a um objectivo claramente definido. E serão as qualidades manifestadas pelos indivíduos, de função em função, ao longo da vida, que irão determinar o que antes se designava por promoção.

É claro que uma tal mudança irá deparar com fortes resistências e que, por conseguinte, demorará tempo. Mas parece-me ser totalmente fundamental, incluindo no plano dos valores, dado que, em definitiva, implicará a passagem de uma situação de dependência para uma relação de parceria.

Essa transição será evidentemente e especialmente longa e penosa. Mas é inevitável a longo prazo.

- **Através da evolução das qualificações.** As entidades patronais exigem cada vez mais aos membros do pessoal que possuam aptidões em termos de comportamento (espírito de iniciativa, mobilidade, polyvalência ...), um mínimo de cultura geral (saber ler, escrever e contar, e terem aprendido a aprender ao longo de toda a vida) e, finalmente, conhecimentos práticos profissionais que, cada vez mais, irão sendo adquiridos com a prática.
- Finalmente, parece evidente que essas duas formas de inovação, tecnológica e sócio-organizacional, irão traduzir-se por fenómenos de substituição capital-trabalho. A propósito, é notável verificar-se que, em França, o PIB aumentou em mais de 70% em termos reais desde 1970, ao passo que o volume de emprego equivalente a tempo inteiro manteve-se praticamente estável. Daí, o aumento do desemprego e do sub-emprego.

Isto leva-me às tendências internas do sistema de protecção e de regulação sociais.

4. A crise dos sistemas de produção e de regulação sociais

1. Em primeiro lugar recordemos que, contrariamente a uma ideia muito espalhada, **subsiste uma incerteza quanto à evolução da população francesa a médio e a longo prazo.**

Pelo contrário, existem dois fenómenos praticamente inelutáveis. Resultam, em grande parte, do facto de os países da Europa ocidental terem conhecido, a seguir à Segunda Guerra Mundial, um fenómeno designado por *baby-boom*, durante o qual o número médio de crianças por mulher rondava os 3. Depois, em meados da década de 60, primeiro nos países escandinavos, mais tarde nos países da Europa central, e, finalmente nos países da Europa do sul, esses níveis de fecundidade sofreram uma queda que pode situar-se muito aquém do nível dos 2,1 filhos por mulher e que seria actualmente necessário para assegurar a substituição das gerações.

2. As gerações numerosas nascidas durante o período do *baby-boom* atingiram a idade de ingressarem numa actividade profissional a partir dos meados dos anos 60. Vieram aumentar os efectivos da população em idade activa durante os anos 70 e 80 e irão continuar a aumentar essa população durante os anos 90, até ao ano 2005. Este acréscimo é tanto mais importante quanto a taxa de actividade feminina também tende a aumentar.

Fica claro que, **em consequência disso, a população activa aumenta num momento em que a economia, e particularmente em França, já não cria quase nenhum emprego;** daí um efeito de tesoura que se traduz por um desemprego e um subemprego tendencialmente crescentes. Três milhões e meio de franceses encontram-se oficialmente desempregados, mais de metade dos quais há mais de seis meses, com os respectivos subsídios e possibilidades de emprego a diminuírem correlativamente. O que podem eles esperar hoje em dia?

Serem eliminados das contas da ANPE (Associação Nacional Para o Emprego), ou serem retirados da população activa através, por exemplo, do dispositivo das pré-reformas, como já aconteceu a cerca de 460 000 pessoas? Juntarem-se aos 350 000 estágios de formação ou terem acesso aos cerca de 400 000 postos de trabalho assistidos?

Um estudo recente do Commissariado Geral do Plano⁽⁵⁾ revela que, na realidade, já haveria cerca de sete milhões de pessoas atingidas por esse flagelo nacional se se tiver em conta, para além das pessoas acima citadas, os 250 000 trabalhadores oficialmente desanimados (quantos serão os milhões que o estão “oficiosamente”?) e o milhão e meio que trabalha a tempo reduzido sem o ter escolhido.

A menos que, empurrados para a margem da sociedade, se satisfaçam, como já acontece a cerca de seis milhões de franceses, com os mínimos sociais que o Primeiro Ministro, e muito bem, se recusa a aumentar para que a assistência pública não entre em concorrência com os empregos fracamente remunerados.

Um terço da população francesa está empregada. Sobre os cerca de vinte milhões de incluídos, cerca de sete milhões dispõem, provavelmente, de um emprego para toda a vida. Uma renda! Em resumo, sete milhões aqui, sete milhões ali.

Não se trata de os lançar uns contra os outros, nem de defender um liberalismo selvagem julgando que os mecanismos livres do mercado permitiriam, só por si, uma regulação harmoniosa. Entre as pessoas que se queixam de cansaço e as que sofrem de nada fazerem, entre os que se queixam de impostos excessivos e os que vivem da assistência pública, a diferença só pode chocar. Desencorajar os

⁽⁵⁾ Commissariado Geral do Plano. *Chômage, le cas français*. Relatório roneotipado. Maio de 1997. Os dados citados são relativos ao ano de 1996.

mais empreendedores e desesperar os mais desprotegidos.

Assim, compreende-se que seja tentador proclamar ser necessário trabalhar menos para que haja trabalho para todos. Em resumo, repartir a penúria. É esse, certamente, o objectivo pretendido pela política de redução autoritária dos tempos de trabalho que, aplicada de modo mecânico, sem reorganização, faz correr o risco de reforçar a retracção e não de promover a expansão.

Portanto, há que ir mais longe e agir de outra maneira. Isso passa, em primeiro lugar, pelo reconhecimento de que **o desemprego e o subemprego não são fatalidades**, mas sim a consequência directa de uma política; pior, de uma dinâmica de conjunto, **a de uma sociedade agarrada aos esquemas do passado**.

Sejamos sérios. Não são a mundialização e as novas tecnologias que criam o desemprego. É o jogo perverso de actores, entrincheirados nos seus hábitos e privilégios, que recusam adaptar-se.

Entre 1975 e 1995, os americanos criaram 37 milhões de empregos; os cinco maiores países europeus só criaram 2,4 milhões. Os americanos fizeram ajustamentos através dos salários; os europeus através do subemprego, ao retardarem a entrada dos jovens na vida profissional, ao desenvolverem as pré-reformas, ao manterem um subemprego endémico até para as pessoas entre os 30 e os 49 anos de idade.

Entre 1978 e 1994, o salário médio, em França, aumentou em 20% – os que têm um emprego ganham sempre mais⁽⁶⁾ – e o número de empregos por conta de outrem só aumentou 4%. Durante o mesmo período, o salário médio nos Estados Unidos aumentou apenas 5%, mas o número de empregos aumentou 37%.

O contraste não é apenas extraordinário entre os Estados Unidos e a Europa. Também o é dentro dos países da União Europeia. O desemprego atinge 6% da população activa dos Países Baixos e 4% na Áustria, ao passo que atinge mais de 12% em França e 22% em Espanha. Assim, mesmo no seio da

Comunidade europeia, existem várias maneiras de adaptação. Não depende apenas do governo, do patronato e dos sindicatos, mas sim de toda a sociedade que, em França, é demasiado rígida e tem falta de maleabilidade.

Mas não devemos concluir, demasiado depressa, que os Países Baixos são o futuro da França, ou que a Áustria ou a Dinamarca encontraram a panaceia. Mas todos esses países, na Europa – assim como os Estados Unidos, além Atlântico – aceitaram pôr em causa muitos hábitos, incluindo os privilégios dos mais favorecidos.

É manifesto que, em França, não estamos a enveredar por esse caminho. No Hexágono, tudo se passa como se estivéssemos à espera do recomeço do crescimento económico como solução milagrosa para todos os nossos males. Ora, não é evidente que esse crescimento vá recomeçar a um nível elevado e sustentado, nem que seja criador de emprego. Assim, o risco de ver o desemprego e o subemprego perdurarem – e mesmo agravarem-se –, pelo menos até 2005-2010, parece-me muito real.

3. As sociedades europeias estão a envelhecer.

Esse envelhecimento traduz-se, em primeiro lugar, por um aumento da média de idades da população europeia e, conseqüentemente, por um aumento da média de idades da população activa. Assim, enquanto as remunerações salariais forem determinadas pela antiguidade, haverá um risco de que os custos salariais aumentem quase mecanicamente. Daí, também, a questão de saber se uma população activa a envelhecer será capaz de fazer o esforço de adaptação e de inovação tornado cada vez mais necessário.

A segunda manifestação do envelhecimento – entendido como o aumento, no tempo, da proporção de pessoas idosas – é o aumento, especialmente forte a partir de 2005, do número e, sobretudo, da proporção das pessoas como 60 ou mais anos entre a população total, no momento em que, aliás, serão as gerações diminutas do “baby-krach” que irão atingir a idade de entrada na actividade profissional.

⁽⁶⁾ Há que reconhecer que o salário médio constitui uma noção estatística que não tem em conta o aumento, muito sensível, das desigualdades.

Os efectivos da população de 60 ou mais anos vão aumentar muito rapidamente; além disso, serão cada vez mais compostos por pessoas muito idosas, dado que a diminuição da mortalidade nas idades mais avançadas explica, agora, o essencial do alongamento da média de vida.

4. Assim, pretendo demonstrar que os países europeus – em proporções muito variáveis, é certo – serão os que irão ver-se mais a braços com um **desequilíbrio crescente entre o número de activos efectivamente ocupados e contribuintes e o número de inactivos subsidiados**. Esse desequilíbrio é, evidentemente, agravado pelo facto de os jovens ingressarem cada vez mais tarde numa actividade profissional e que – por causa das dificuldades no mercado do emprego – os nossos países usaram e abusaram dos dispositivos que visam baixar a idade de cessação de actividade.

Existem várias maneiras de apreender esse desequilíbrio. A mais simples é de estabelecer a relação entre o número de adultos (20-59 anos) e o número de pessoas idosas (60 ou mais anos). Tal relação vai-se degradando regularmente e o único meio de evitar tal degradação seria de aumentar a idade fronteira, ou seja, a idade da reforma, ou, melhor ainda, aumentar a duração da actividade profissional relativamente à duração da vida. Mas uma coisa é decidi-la (foi esse o objectivo da reforma das pensões de reforma introduzidas em 1993 – Lei Veil), e outra é fazê-la, sobretudo quando o mercado do emprego não lhe é favorável.

Mas, neste caso, o indicador realmente pertinente é a taxa de emprego – a proporção da população em idade activa efectivamente empregada – que, em França, não parou de declinar (de 63,8% em 1972 para 58,5% em 1992, segundo a OCDE); outro indicador, não menos interessante, é a relação de dependência económica, definida como sendo a relação entre a população que não ocupa um emprego (população escolar, desempregados, empregos assistidos, inválidos, reformados e outros inactivos) e a população que ocupa um emprego

regular (não assistido). Procedendo assim, posso calcular a taxa de dependência económica dos reformados e observar que, se essa taxa já se degradou consideravelmente desde 1973, essa degradação – com sistema económico e social constante – corre o risco de ser mais dramática no período de 2010 a 2030.

5. **Os nossos sistemas de protecção e de regulação sociais deparam-se, claramente, com uma crise financeira** e com uma alternativa extremamente dolorosa:

- seja aumentar as contribuições sociais obrigatórias, correndo o risco de fazer suportar pelas empresas e pelos activos um encargo tanto mais inaceitável porquanto se encontram expostos a uma concorrência internacional cada vez mais viva;
- seja estabilizar as contribuições sociais obrigatórias; mas, como a respectiva base – a massa dos rendimentos declarados – tem poucas possibilidades de aumentar muito, tal resultará em que as receitas de tais contribuições manter-se-ão relativamente estáveis, ao passo que o número de pessoas com direito a pensões/subsídios irá aumentado rapidamente. Daí o risco de ver as pensões de reforma, os subsídios de desemprego ou as taxas de reembolso dos seguros de saúde diminuírem.

Como ninguém tem a coragem de fazer escolhas claras face a essa alternativa, todos praticam políticas de ajustamentos pontuais, umas vezes aumentando um pouco a contribuição social obrigatória, como, por exemplo, através da introdução da Contribuição Social Generalizada (CSG), e outras vezes reduzindo as despesas ao jogar, por exemplo, com o sistema de indexação das reformas. Manifestamente, todos aguardam o regresso a um crescimento económico mais forte – que pessoalmente considero pouco provável – o qual teria o condão milagroso de resolver os problemas financeiros acima referidos. Regressarei a este tema na conclusão.

Infelizmente, **os nossos sistemas de protecção social também se deparam com uma crise de eficácia e de legitimidade**.

A crise de eficácia resulta de vários factores; em primeiro lugar, da perda de eficácia das intervenções públicas ou para-públicas no quadro estreito do Estado-nação. Em seguida, do facto de que os nossos sistemas de protecção social assentam principalmente sobre dois pilares: o emprego concebido no sentido recente de emprego assalariado a tempo inteiro e de duração indeterminada, e a família, concebida como sendo constituída por uma mulher e um homem, definitivamente casados, criando dois, ou mesmo três filhos, que só saem do lar familiar para criarem uma família idêntica. Ora, estamos a assistir a uma muito ampla diversificação das formas de emprego e das estruturas familiares e, para complicar ainda mais as coisas, o mesmo indivíduo vai, durante a sua carreira, passar de um emprego para outro e de uma estrutura familiar para outra. Os itinerários dos indivíduos estão a tornar-se mais aleatórios e diversificados, o que suscita novas necessidades. Tudo isto torna-se muito complicado para gerir.

Também existem outros factores que desempenham um papel importante nesta crise de eficácia: acontece isso com a evolução dos valores e, nomeadamente, com o aumento do individualismo. Acontece o mesmo com a crise dos corpos intermédios que são cada vez menos representativos da população, mas que continuam a ter um papel determinante na gestão dos nossos organismos sociais.

Terminarei sublinhando que os nossos sistemas de protecção e de regulação sociais também são vítimas de uma crise de legitimidade ligada, segundo me parece, à ausência de um projecto colectivo que tenha em conta as oportunidades e as limitações particulares do período actual e que responda às aspirações dos nossos contemporâneos. Daí uma retracção prudente das nossas populações para a defesa dos direitos adquiridos e dos interesses de categoria, o que faz com que estejamos a entrar no século XXI às arrecuas.

5. Quais os futuros possíveis?

Este panorama pode parecer excessivamente pessimista. Sejam os claros. Existem tendências irreversíveis para as duas próximas décadas; é o caso do envelhecimento demográfico, assim como da mundialização da economia. Existem tendências ponderosas, mas que não são, por isso, inelutáveis como, por exemplo, o aumento do desemprego e do subemprego que, em França, resultam de um consenso implícito entre o Estado e os parceiros sociais. Neste domínio dispomos de autênticas margens de manobra que não são simplesmente exploradas como seria necessário.

O declínio das sociedades da Europa ocidental não é, de todo, uma fatalidade. O essencial do futuro está por construir, a partir de decisões e de acções humanas que convém não adiar para amanhã e que, no fundo, dependem da nossa capacidade de nos projectarmos no futuro e das “visões” que temos sobre ele.

Nunca o leque dos futuros possíveis esteve tão largamente aberto. Por causa do desenvolvimento da ciência e da tecnologia e dos poderes sem precedentes que eles nos conferem; por causa da des-sacralização das grandes instituições e do declínio das ideologias, que estruturavam o debate público mas que também o tornavam estéril; por causa, também, do carácter mais incerto, aleatório, dos percursos individuais e colectivos, da menor importância do antigo processo de reprodução social, que induzia uma visão do futuro largamente inspirada pelos esquemas de outrora.

Portanto, é necessário, mais do que nunca – mesmo se tal se torna mais perigoso – tentar antecipar o que pode acontecer, explorar quais são os futuros possíveis – provavelmente cada vez mais contrastados – que podem resultar da situação actual. Daí a necessidade de uma vigilância permanente relativamente ao que antigamente designávamos por ideias e factos portadores do futuro, as tendências ponderosas e

emergentes (os sinais fracos, como hoje se diz), cujas consequências a médio e a longo prazo podem ser importantes.

Mas a vigilância não basta. Para além da compreensão que podemos adquirir (desafio imenso!) sobre a dinâmica do mundo contemporâneo, continua a ser eminentemente necessária a construção de imagens do futuro: umas elaboradas através da exploração dos prolongamentos possíveis de uma situação actual extremamente fecunda em limitações e oportunidades; outras mais inspiradas nas nossas esperanças e nos nossos sonhos que, finalmente, continuam a ser o motor essencial das nossas acções, mesmo quando se estabelece a inevitável negociação entre o desejável e o possível.

A pretexto de uma incerteza crescente, ou demasiado empenhados na prova da cientificidade e, por isso, colocando entraves à imaginação, é frequente que aqueles que deveriam manifestar uma visão a longo prazo se limitem a reflectir sobre o presente, sobre o como?, de preferência ao porquê?, sobre os instrumentos mais do que sobre os fins. Os nossos responsáveis públicos, para só falar deles, estão mais preocupados em apagar incêndios do que em preveni-los, mais preocupados com a consolidação do passado do que com a construção do futuro...

Assim, faltam-nos visões sobre o futuro, referências sobre os futuros possíveis e desejáveis para as nossas sociedades e, paralelamente, um autêntico debate sobre as políticas e as estratégias a adoptar.

Duas visões do futuro

Implicitamente, existem pelo menos dois pontos de vista opostos sobre o futuro das sociedades da Europa ocidental e, mais especialmente, da

sociedade francesa, e que, infelizmente, nunca são claramente expressos e, por isso, debatidos: um, diga-se o que se disser, assenta na continuação do passado; o outro, baseia-se na ideia de uma ruptura radical com o modo de organização e com a dinâmica económica e social.

Em termos latos, o primeiro assenta na ideia de que a crise é apenas conjuntural e passageira. Quando a conjuntura internacional se tornar mais favorável, e com a ajuda da construção europeia e do progresso tecnológico, o crescimento económico recomeçará a um nível mais elevado e duradouro. Tal crescimento seria acompanhado por uma dinâmica de criação de emprego que permitiria combater o desemprego, tanto mais porquanto a população em idade activa estará a diminuir.

Superado, assim, o principal flagelo dos nossos tempos, poderíamos prorrogar, facilmente, a duração da actividade relativamente à duração da vida e fazer face às despesas ligadas, por exemplo, ao crescimento demográfico. O crescimento reencontrado, ao preço, é certo, de certos sacrifícios sociais, permitiria reatar com o progresso social. Em resumo, a análise dos defensores desta visão assenta na perspectiva de um reencontro com o crescimento das décadas de 50 a 60 (as “Trente Glorieuses” – Trinta Gloriosas –, em francês).

O segundo ponto de vista é totalmente diferente. Aqueles que o sustentam – sou um deles – consideram que estamos a viver num período de ruptura e que as nossas sociedades e modos de vida já não terão muito em comum com o que conhecemos depois da guerra. A família e o emprego serão diferentes e desempenharão, provavelmente menos do que dantes, o papel de pedras angulares do edifício social. O ciclo de

vida, a organização e a utilização do tempo não irão corresponder à repartição e à composição que ainda predominam nos nossos dias.

A conjugação de um desemprego e de um subemprego endémicos com o envelhecimento demográfico, numa economia cada vez mais mundializada e submetida às limitações de uma concorrência impiedosa, leva-nos, talvez, a revermos a nossa organização, a pormos em causa a nossa organização económica e social, os nossos sistemas de protecção social e os nossos modos de vida.

Seria, assim, aberrante que nos orientássemos para uma sociedade totalmente diferente, mais fundada nos princípios da autonomia e da parceria, do que sobre os do salário e da assistência? Uma sociedade marcada, por exemplo, pelo facto de nos tornarmos todos poli-activos dos 17 aos 77 anos, continuando, em todas idades e simultaneamente, cada um segundo o seu ritmo, as actividades que se encontram hoje artificialmente repartidas segundo as idades?

É provável que o futuro não será conforme a nenhuma dessas duas visões – nem à das “Trinta Gloriosas”, nem à da poli-actividade garantida ao longo da vida – ambas excessivamente simplificadoras. Mas, segundo as perspectiva em que, conscientemente ou não, nos inscrevemos, a percepção do próprio presente e das estratégias pertinentes diferem de modo fundamental.

Não será tempo de tornarmos esses pontos de vista mais explícitos, nem que seja para os submeter à crítica e para suscitar um debate público de melhor qualidade, que responda mais às necessidades actuais de senso, coerência e de desempenho? Na minha opinião, tal constitui um dos principais desafios para a prospectiva e para a política.

Quelques Tendances Lourdes du Contexte National et International

1. Quelques tendances lourdes du contexte national et international

L'objet de ce papier est d'essayer de brosse un panorama des grandes tendances d'évolution à moyen et à long terme du contexte extérieur de la région Ile-de-France. Cet exercice, qui constitue une véritable gageure, implique un parti pris: celui de balayer très large, perdant ainsi en profondeur d'analyse ce que nous nous efforcerons de gagner en largeur de vue.

Je voudrais d'abord, très brièvement, évoquer quelques-unes des tendances majeures du con-

texte géopolitique mondial pour me concentrer ensuite plus précisément sur les tendances internes aux sociétés d'Europe occidentale en traitant en premier lieu des tendances internes au système de production pour aborder ensuite les tendances intéressent davantage l'avenir de nos systèmes de protection et de régulation sociales. Enfin je m'efforcerai d'esquisser quelques scénarios illustrant l'éventail des futurs possibles en insistant particulièrement sur leurs conséquences en termes d'emploi.

2. Le contexte international

Même s'il est exclu d'analyser ici en détail les grandes tendances d'évolution du contexte géopolitique mondial et si j'ai pris le parti de me concentrer davantage sur les tendances internes aux pays d'Europe occidentale, aucune réflexion sur l'avenir à moyen et à long terme ne saurait faire l'impasse sur l'émergence d'un nouvel "ordre" mondial qui me paraît aujourd'hui dominé par cinq phénomènes majeurs.

1. Nous assistons à un **processus simultané de globalisation et de fragmentation à l'échelle planétaire**. Avec, d'un côté, la prise de conscience que nous ne formons que "une seule terre" et que nous sommes tous solidaires d'un même écosystème global. Mais la montée des interdépendances est non moins saisissante aux plans commercial, économique et financier, ceci résultant entre autres de l'essor des technologies de l'information et de la communication et se traduisant par l'avènement d'un village planétaire de la finance ainsi que par l'essor de produits de consommation (coca-cola et le blue jean) risquant d'entraîner une certaine homogénéisation. D'un autre côté – et peut-être en partie en réaction à ce phénomène d'homogénéisation – nous assistons à une montée des revendications identitaires, à de multiples manifestations d'un besoin sans doute croissant d'enracinement local.
2. La fin de la guerre froide n'a point marqué le début de "la fin de l'histoire" (Francis Fukuyama) ni l'avènement d'une ère pacifique. Au contraire, notre période est caractérisée par **la montée des risques multipolaires et de toutes natures**, la multiplication des conflits internationaux et intérieurs d'origines diverses (ethnique, civilisationnelle, religieuse...) empruntant aux formes les plus primitives de la barbarie en même temps qu'aux technologies les plus avancées.

Il est tout-à-fait saisissant de voir se multiplier les foyers de tensions et de conflits qui ne sont

plus l'apanage des États (mais parfois la conséquence d'une remise en question des structures politico-institutionnelles d'hier), ni des forces armées, se déroulant suivant des règles plus ou moins universellement admises. Tout au contraire, les populations civiles y sont directement impliquées et en sont les principales victimes. La vieille opposition entre sécurité intérieure et extérieure vole en éclats, ne fut-ce que sous l'effet du terrorisme, des mafias et d'enjeux transfrontaliers tel que le commerce mondial des drogues illicites.

3. Une des caractéristiques sans doute les plus préoccupantes de la période actuelle tient à **l'absence d'institutions et de procédures de régulation et de contrôle au niveau mondial**. Aucun État, ou groupe d'États, n'est aujourd'hui suffisamment puissant pour imposer des règles du jeu universellement acceptées. Ceci tient sans doute à la multiplication des États (de 60 en 1938, leur nombre est passé à 194 en 1995), à leur moindre influence tant au plan intérieur qu'extérieur (y compris du fait du pouvoir sans précédent acquis par quelques entreprises transnationales de plus en plus apatrides), au phénomène simultané de mondialisation, d'une part, de décentralisation et de déconcentration, d'autre part (la seule Amérique du Nord compte "100 000 gouvernements") et aux blocages subséquents des organisations inter-gouvernementales mises en place au lendemain de la Seconde Guerre mondiale, c'est-à-dire, en réalité, à la "montée des interdépendances sans augmentation symétrique des moyens pour les gérer"⁽¹⁾. Symptomatique à cet égard est, par exemple, l'accord de Kyoto (décembre 1997) sur le changement climatique qui va certainement dans la bonne direction mais n'est assorti d'aucune clause – a fortiori, d'aucune autorité mondiale – permettant de veiller au respect de la convention.

⁽¹⁾ VALASKAKIS Kimon. "Mondialisation et gouvernance. Le défi de la régulation publique planétaire". In revue Futuribles n.º 230, avril 1998.

Les États-Unis, comme seule puissance hégémonique, sont à cet égard dans une position délicate puisque leur propension à vouloir jouer les gendarmes du monde se trouve fortement remise en cause tant de l'intérieur que de l'extérieur, aucune puissance – surtout pas en Europe mais pas davantage dans l'ASEAN – ne venant contre-balancer la leur.

4. Lorsqu'on évoque la mondialisation de l'économie, sans doute serait-il plus juste de parler de phénomènes de **“triadisation” de l'économie** puisque celle-ci est dominée par les trois pôles que constituent, d'un côté, l'ALENA emmenée par les États-Unis, de l'autre l'ASEAN, emmenée – en dépit de la crise financière qui secoue l'Asie de l'Est depuis l'été 1997 – par le Japon, les quatre dragons et de plus en plus la Chine, et, enfin, l'Union européenne emmenée... officiellement par le couple franco-allemand.

Si nous en avons le temps, il conviendrait de s'interroger sur les forces et les faiblesses respectives de ces trois pôles, l'Union européenne apparaissant de toute évidence comme le plus faible des maillons, notamment en raison de l'absence – nonobstant l'établissement de l'euro – de véritable politique économique, fiscale, industrielle, commerciale, commune, y compris dans des secteurs

aussi stratégiques que les nouvelles technologies.

5. **La transition amorcée en Europe centrale et orientale** – région composée de pays dont la situation est très inégale – constitue enfin un fantastique défi interne aux PECO mais également vis-à-vis de l'Union européenne. Or, le moins que l'on puisse dire, est que la transition est inégalement avancée suivant les pays et que leur situation économique, sociale et politique demeure empreinte de grandes incertitudes. Leur intégration progressive dans une Union européenne élargie ne manquera pas de soulever des problèmes que, pour une part, préfigure à une moindre échelle l'unification allemande.

J'en viens maintenant aux tendances internes aux sociétés industrialisées et, plus spécialement, aux sociétés d'Europe occidentale qui ont la particularité de s'être dotées d'un modèle de développement reposant pour l'essentiel sur deux piliers: d'une part, le système de production, d'autre part, le système de protection et de régulation sociales. Ces deux systèmes, dont la dynamique et la synergie ont été remarquables durant la période dite des “Trente Glorieuses”, me paraissent aujourd'hui marqués par des transformations structurelles fondamentales.

3. L'émergence d'un nouveau paradigme technico-économique

1. La première tendance qui me paraît caractériser l'évolution à long terme des économies modernes concerne **la tertiarisation de l'ensemble des activités productives.**

Il y a deux manières d'appréhender ce phénomène de tertiarisation : la première, en s'inspirant de la distinction chère aux économistes entre les secteurs primaire, secondaire et tertiaire, s'attache à montrer que, si dans un premier temps nous sommes passés de l'ère agraire à l'ère industrielle, nous serions actuellement dans une phase de transition entre l'ère industrielle et l'ère post-industrielle ou la société d'information et de communication. La preuve en serait la montée des services et la proportion croissante de la main-d'œuvre travaillant dans le secteur tertiaire. Mais il me semble qu'il y a une autre manière d'appréhender ce phénomène de tertiarisation qui rend compte de manière plus pertinente de la réalité : elle consiste à mesurer la part croissante d'immatériel incorporé aussi bien dans les produits agricoles, ou agro-alimentaires, que dans les produits manufacturés, qu'ils soient traditionnels ou de haute technologie.

À titre d'exemple, le coût d'un kilo de beurre dépend de moins en moins du prix de la matière première et des coûts salariaux du personnel qui travaille directement cette matière première; il dépend de plus en plus des activités immatérielles qui se trouvent en amont (la recherche et le développement sur les semences, les aliments, le progrès génétique sur les plantes et les animaux) et en aval (la distribution, donc la chaîne du froid, la publicité, le marketing, les services financiers). Le même phénomène est observable dans le domaine industriel. Ainsi le prix de l'automobile dépend de moins en moins du coût des matériaux utilisés (la tôle, le plastique, voire les matériaux composites) et des coûts salariaux du personnel travaillant directement ces matériaux; il dépend de plus en plus des dépenses faites par

le constructeur en recherche et développement, ingénierie de design et de publicité, marketing, publicité, services financiers...

Les principales sources de la richesse ont-elles changé de nature. La richesse reposait hier dans les ressources du sol et du sous-sol, puis dans les produits manufacturés. La richesse repose aujourd'hui de plus en plus sur nos capacités en recherche et développement, les brevets et les logiciels, l'organisation et la gestion ou, d'une manière plus générale, sur l'ensemble de ces facteurs immatériels qui ne se développent pas par opposition au secteur primaire ou secondaire mais en jouant un rôle de plus en plus stratégique dans les performances de ces deux secteurs.

2. Du fait même de cette dématérialisation des économies modernes, nous assistons à **l'émergence d'un nouveau paradigme technico-économique** dont je ne citerai que quatre caractéristiques à titre d'exemple.

- Nous assistons à **une dissociation croissante entre la croissance économique et la consommation de matières premières énergétiques et non énergétiques.** Elle résulte, bien sûr, du fait que par unité de PIB tertiaire on consomme moins de matières premières que par unité de PIB industriel. Mais elle résulte aussi des politiques que nous avons adoptées – même si nos efforts se sont relâchés – en vue d'une meilleure maîtrise de nos consommations de matières premières, en particulier énergétiques, et, bien évidemment, de l'essor des sciences et des techniques permettant des substitutions entre matériaux tel que, par exemple, nous transmettons aujourd'hui, à distance égale, avec 50 kg de fibres optiques autant de messages téléphoniques que nous le faisons auparavant avec une tonne de cuivre, tout en ayant au passage réduit par un facteur de vingt notre consommation d'énergie.

- Nous assistons également à **une dissocia-tion croissante entre la sphère financière et l'économie réelle**, c'est-à-dire la production effective de biens et de services. On estime que le flux de capitaux échangés à travers la planète s'élève chaque jour à environ 1 400 milliards de dollars, de l'ordre de cent fois plus que la valeur des transactions commerciales réelles!

En outre du fait, là aussi, de l'essor des technologies de l'information et de la communication ainsi que des innovations de produits dans le domaine financier (par exemple, les produits dérivés), les bourses de Tokyo, New York et Londres interagissent en permanence les unes sur les autres et, comme elles sont gérées par d'identiques automates financiers, on voit se développer des phénomènes de *boom* et de *krach* qui sont très largement indépendants de l'économie réelle. Cette déconnexion n'est pas sans conséquence, y compris au niveau micro-économique, puisqu'un bon commerçant aujourd'hui a toutes chances de gagner plus d'argent en gérant habilement sa trésorerie plutôt que par les marges qu'il retient sur les produits qu'il a à l'étalage...

- Nous assistons aussi à **une montée des interdépendances entre secteurs primaire, secondaire et tertiaire** sur laquelle je ne reviendrai pas.
- Nous assistons enfin à **une montée des interdépendances entre pays et à un phénomène de mondialisation de l'économie** qui résulte pour une très large part du phénomène de dématérialisation que je viens d'évoquer.

La richesse d'hier était formée de ressources matérielles – matières premières et produits manufacturés – que l'on transportait avec des camions de 10 tonnes qu'un douanier – fut-il un peu myope – pouvait arrêter à la frontière pour appliquer des réglementations nationales. La richesse d'aujourd'hui est essentiellement formée de brevets, logiciels, signes financiers... Nous assistons à un accroissement fantastique des flux transfrontières de données auxquels le douanier – qu'il soit Français ou Européen – ne peut guère s'opposer.

L'économie est plus fluide, volatile, s'organise de plus en plus suivant une logique de réseau à l'échelle planétaire, de plus en plus déconnectée de la logique territoriale sur laquelle est assis le principe de souveraineté nationale ou sur laquelle pourrait être assis le principe de co-souveraineté européenne. D'où la perte d'efficacité des politiques publiques dans le cadre étroit de l'État-nation – voire une inversion des rapports de pouvoir entre l'État et les grandes entreprises –.

Ces grandes entreprises – elles-mêmes organisées suivant une logique de réseau – auront de plus en plus tendance à mettre nos territoires en concurrence car d'un pays à l'autre – y compris au sein de l'espace européen, *a fortiori* au niveau mondial – les législations sociales et fiscales diffèrent (d'où le phénomène de délocalisation des profits vers les paradis fiscaux), les coûts salariaux sont très inégaux (expliquant, pour une part, la délocalisation d'activités à fort *input* de main-d'œuvre). La mondialisation de l'économie entraîne pour une part celle du marché du travail, rien ne prouvant que Robert Reich ait raison lorsqu'il affirme qu'une division des tâches s'instaurera entre le Nord, où se concentreraient les activités hautement qualifiées, et le Sud vers lequel migreraient les activités exigeant une main-d'œuvre abondante et moins qualifiée.

Si le concept d'économie nationale perd de son sens, celui d'économie régionale pourrait par contre acquérir une nouvelle pertinence. En effet, il n'y a pas de réseau sans noeuds de réseau et beaucoup de recherches récentes⁽²⁾ convergent pour montrer l'émergence d'une **"économie d'archipel"**, d'économies métropolitaines de moins en moins reliées à leur arrière-pays mais de plus en plus horizontalement reliées entre elles⁽³⁾. La question de l'attractivité relative des territoires devient donc de plus en plus fondamentale. Or celle-ci

⁽²⁾ Voir, par exemple, les travaux de Pierre VELTZ. Mondialisation, villes et territoires. L'économie d'archipel. Paris: PUF, 1996.

⁽³⁾ SPECTOR Thérèse: "La prospective urbaine. Un état des lieux". In revue *Futuribles*, n.º 229, mars 1998.

dépend, non seulement des infrastructures et équipements, mais aussi – et, sans doute, de plus en plus – de l'existence de ressources humaines, d'une dynamique sociale, d'un cadre de vie... plus ou moins favorable à l'épanouissement de l'intelligence, au sens le plus large du terme, individuelle et collective de leur population.

Ne nous leurrions pas sur l'enjeu. L'existence d'un bon réseau d'information, de communication et de transport constitue un minimum requis. La différence se fera désormais de plus en plus au niveau immatériel au travers, par exemple, du maillage entre la recherche, l'industrie et la banque mais aussi de la qualité de la vie.

3. Corrolairement à cette mondialisation, les entreprises devront améliorer leur compétitivité sur les marchés mondiaux. Cette recherche de compétitivité s'organise essentiellement autour de quatre types de stratégie:

- La tertiarisation de l'industrie, donc l'incorporation croissante d'input immatériel afin de produire de plus en plus de biens sur mesure à très haute valeur ajoutée (qui sont souvent des biens "services compris").
- L'industrialisation des services, par exemple, très saisissante lorsque l'on compare l'essor des industries culturelles au développement des pratiques, ou encore celui des industries sportives.
- La modernisation de l'administration qui, aux yeux du patronat, doit s'entendre essentiellement dans une optique de rationalisation des choix budgétaires devant consister à améliorer le rapport coût/efficacité des "frais généraux" de la Nation. Mais on ne saurait se contenter d'une telle approche strictement comptable et, au-delà de l'indispensable modernisation de l'État, devront être repensées ses finalités particulières, notamment le rôle nouveau qu'il convient de lui assigner en contrepoids aux forces du marché, "un État stratège, garant de l'intérêt général"⁽⁴⁾.
- Le transfert hors-marché – donc dans la sphère domestique – des activités à productivité stagnante ou déclinante qui ne peuvent plus être assurées par l'économie de

marché et ne relèvent pas des politiques publiques, ceci se traduisant par l'essor de la production de meubles en kit ou le développement des grandes surfaces (une partie de la production est alors assurée par les clients), voire la banque à domicile et, demain, le commerce électronique.

4. L'amélioration de la productivité des entreprises passe évidemment par l'innovation.

On pense d'abord à **l'innovation technologique**, ne fût-ce que parce que nous avons à faire à des technologies fondamentalement nouvelles car génériques et combinatoires et donc éminemment diffusantes, c'est-à-dire des technologies qui ont vocation à se répandre dans l'ensemble de nos usines et de nos bureaux, dans nos foyers et dans nos espaces publics. Sauf à remarquer que les technologies ne se diffusent pas au rythme où elles sont mises au point mais au rythme très inégal auquel la société est capable de s'approprier ces nouvelles techniques et d'acquiescer les savoir-faire correspondants.

L'innovation socio-organisationnelle joue donc un rôle non moins important, si ce n'est plus important encore que l'innovation technologique. Cette innovation socio-organisationnelle se développe à plusieurs niveaux:

- Au travers de **l'évolution des formes d'organisation**. Les consultants en management aiment bien dire que nous allons passer des structures pyramidales d'hier à des structures de type polycellulaire, donc à des équipes projets. En réalité, la pyramide subsiste mais on en réduit le nombre d'échelons et celle-ci cohabite avec des équipes transversales par objectif, le défi majeur étant, en même temps, de passer d'un management d'autorité à un management dont la vocation principale sera de mobiliser l'intelligence de tous à tous les niveaux.
- Au travers de **l'émergence de nouvelles formes d'emploi**. D'abord nous voyons bien

⁽⁴⁾ Voir, notamment, le rapport de la Commission du Commissariat Général du Plan, présidée par Christian Blanc sur "État, administration et services publics de l'an 2000". Commissariat Général du Plan. Paris: Documentation Française, 1993.

que les emplois qui se développent sont principalement des emplois pudiquement appelés “atypiques”, notamment des emplois temporaires et à temps partiel. Et il est vraisemblable que ces emplois atypiques préfigurent les formes d’emploi du futur plus que le salariat à durée indéterminée qui s’est développé durant les “Trente Glorieuses”.

Plus fondamentalement, il me semble que nous allons passer du concept de statut au concept de fonction. Nous sommes, particulièrement en France, dans une société où l’obtention d’un diplôme (fortement déterminée par l’appartenance sociale) conférait aux individus un statut qui lui-même était assorti – quoique l’on fasse – d’une rémunération, elle-même presque automatiquement revalorisée en fonction de l’ancienneté, diplôme et ancienneté qui eux-mêmes déterminaient et le grade d’entrée et l’ascension naturelle vers des échelons plus élevés.

Ce système qui, à l’évidence, reste très largement dominant, me paraît à long terme condamné. Ce qui comptera de plus en plus sera la fonction, donc non plus le diplôme mais les qualifications, et la rémunération sera déterminée par les performances (individuelles ou collectives) au regard d’un objectif clairement défini. Et ce sont les qualités dont les individus feront preuve de fonction en fonction, tout au long de la vie, qui détermineront ce que l’on appelait la promotion.

Il est clair que ce renversement fondamental d’optique butera sur de fortes résistances et donc prendra du temps. Mais il me paraît tout-à-fait fondamental, y compris au plan des valeurs puisque, en définitive, il impliquera de passer d’une relation de dépendance à une relation de partenariat.

Cette transition sera à l’évidence particulièrement longue et douloureuse. Mais elle me semble à long terme inévitable.

- Au travers de **l’évolution des qualifications**. De plus en plus les employeurs exigent de leur personnel des aptitudes en terme comportemental (esprit d’initiative, mobilité, polyvalence...), ensuite un minimum de culture générale (savoir lire, écrire et compter, avoir appris à apprendre tout au long de son existence) et enfin des savoir-faire professionnels qui, de plus en plus, seront acquis sur le tas.
- Enfin il me paraît évident que ces deux formes d’innovation, technologique et socio-organisationnelle, se traduiront par des **phénomènes de substitution capital-travail**. Il est frappant à cet égard de constater que le PIB en termes réels a augmenté de plus de 70% en France depuis 1970 alors que le volume d’emplois en équivalent temps plein est resté presque stable. D’où d’ailleurs l’accroissement du chômage et du sous-emploi.

Ceci m’amène aux tendances internes au système de protection et de régulation sociales.

4. La crise des systèmes de protection et de régulation sociales

1. Rappelons d'abord que, contrairement à une idée très largement répandue, **une incertitude importante demeure quant à l'évolution de la population française et européenne à moyen et à long terme.**

Par contre, deux phénomènes sont presque inéluctables. Ils résultent très largement du fait que les pays d'Europe occidentale ont connu au lendemain de la Deuxième Guerre mondiale un phénomène dit de *baby-boom* durant lequel le nombre moyen d'enfants par femmes s'élevait à 2,8 sinon 3 ou 3,2. Puis, au milieu de la décennie 1960, d'abord dans les pays scandinaves, un peu plus tard dans les pays d'Europe centrale, enfin encore plus tard dans les pays d'Europe du sud, nous avons vu ces niveaux de fécondité chuter pour se situer très en-deçà du fameux niveau de 2,1 enfants par femme qui serait nécessaire pour assurer le remplacement des générations.

2. Les générations nombreuses nées durant la période du *baby-boom* ont atteint l'âge d'entrée en activité professionnelle à partir du milieu des années 60. Elles sont venues gonfler les effectifs de population d'âge actif durant les années 70, 80 et viendront encore accroître cette population d'âge actif durant les années 90 et ceci jusqu'en 2005, accroissement d'autant plus important que, simultanément, le taux d'activité féminin tend lui-même à augmenter.

Il est clair que **la population active en conséquence s'accroît à un moment où l'économie, singulièrement en France, ne crée presque plus d'emplois**, d'où un effet de ciseau qui se traduit par un chômage et un sous-emploi tendanciellement croissant. Trois millions et demi de Français sont officiellement au chômage, plus de la moitié d'entre eux depuis plus de six mois, leurs allocations et leur employabilité diminuant corrélativement. Que peuvent-ils aujourd'hui espérer?

Se trouver rayés des comptes de l'ANPE, voire être retirés de la population active, par exemple au travers du dispositif de pré-retraites comme le sont déjà quelque 460 000 personnes? Rejoindre les 350 000 stages de formation ou accéder aux quelque 400 000 emplois aidés?

Une étude récente du Commissariat Général du Plan⁽⁵⁾ révèle que, en réalité, quelque sept millions de personnes seraient déjà touchées par ce fléau national si l'on tenait compte, outre des sus-nommées, des 250 000 travailleurs officiellement découragés (combien de millions le sont-ils officieusement?) et du million et demi qui travaillent à temps réduit sans l'avoir choisi.

À moins que, relégués en marge de la société, ils se satisfassent, comme déjà quelque six millions de Français, de minima sociaux que le Premier ministre, à juste titre, refuse d'augmenter de sorte que l'assistance publique ne vienne pas concurrencer les emplois faiblement rémunérés.

Un tiers de la population française est en emploi. Sur ces quelque vingt millions d'inclus, environ sept millions disposent vraisemblablement d'un emploi à vie. Une rente! Bref sept millions ici et sept millions là.

Il ne s'agit pas de dresser les uns contre les autres ni de prôner un libéralisme sauvage en pensant que les libres mécanismes du marché à eux-seuls permettraient une régulation harmonieuse. Entre les gens qui se plaignent d'être surmenés et ceux qui souffrent d'oisiveté, entre ceux qui se plaignent d'un prélèvement excessif et ceux qui vivent de l'assistance publique, l'écart ne peut que choquer. Décourager les plus entreprenants et désespérer les plus démunis.

On comprend en conséquence qu'il soit tentant de proclamer qu'il faut travailler moins

⁽⁵⁾ Commissariat Général du Plan. *Chômage, le cas français*. Rapport ronéotypé. Mai 1997. Les chiffres ici cités sont relatifs à l'année 1996.

pour travailler tous. En gros, partager la pénurie. C'est sans doute l'objectif poursuivi par la politique de réduction autoritaire du temps de travail qui, appliquée de manière mécanique, sans réorganisation, risque toutefois de renforcer la tendance au repli plutôt que celle au redéploiement.

Il faut donc aller plus loin et s'y prendre autrement. Cela passe d'abord par le fait de reconnaître que **le chômage et le sous-emploi ne sont pas des fatalités** mais la conséquence directe d'une politique; pire, d'une dynamique d'ensemble, celle d'une société crispée sur des schémas dépassés.

Soyons sérieux. Ce ne sont pas la mondialisation et les nouvelles technologies qui créent le chômage. C'est le jeu pervers d'acteurs campés sur leurs habitudes et leurs privilèges qui refusent de s'adapter.

Les Américains ont créé 37 millions d'emplois entre 1975 et 1995; les cinq principaux pays européens n'en ont créé que 2,4 millions. Les Américains ont fait de l'ajustement par les salaires; les Européens, par le sous-emploi, en retardant l'entrée dans la vie professionnelle des jeunes, en développant les pré-retraites, en entretenant un sous-emploi endémique même pour les gens de 30 à 49 ans.

Entre 1978 et 1994, le salaire moyen en France a augmenté de 20% – ceux qui avaient déjà un emploi gagnent toujours plus⁽⁶⁾ – et le nombre d'emplois salariés n'a augmenté que de 4%. Durant la même période, le salaire moyen aux États-Unis n'a augmenté que de 5% mais le nombre d'emplois, lui, a augmenté de 37%.

Le contraste n'est pas seulement saisissant entre les États-Unis et l'Europe. Il l'est aussi au sein des pays de l'Union européenne. Le chômage touche 6% de la population active aux Pays-Bas et 4% en Autriche tandis qu'il atteint plus de 12% en France et 22% en Espagne. Il y a donc, au sein même de la Communauté européenne, différentes manières de s'adapter. Cela ne dépend pas seulement du gouvernement, du patronat et des syndicats mais de la société tout entière qui, en France, est trop rigide, manque de plasticité.

N'en concluons pas trop vite que les Pays-Bas sont l'avenir de la France, que l'Autriche ou le

Danemark ont trouvé la panacée. Mais ils ont, les uns comme les autres, en Europe et non seulement aux États-Unis, accepté de remettre en cause bien des habitudes, y compris les privilèges des mieux nantis.

Manifestement, nous n'en prenons pas le chemin en France. Tout se passe dans l'Hexagone comme si nous attendions la reprise de la croissance économique comme solution miracle à tous nos maux. Or il n'est pas évident que cette croissance reparte à un niveau élevé de manière durable ni, *a fortiori*, qu'elle soit riche en emplois. Donc le risque de voir le chômage et le sous-emploi perdurer – voire s'aggraver – au moins aux horizons 2005-2010 me semble très réel.

3. **Les sociétés européennes vieillissent.** Ce vieillissement se traduit d'abord par une élévation de l'âge médian de la population européenne et, incidemment, par une élévation de l'âge médian de la population active. D'où le risque, tant que les rémunérations sont déterminées par l'ancienneté, que les coûts salariaux augmentent quasi mécaniquement. D'où aussi la question de savoir si une population active vieillissante sera capable de faire l'effort d'adaptation et d'innovation qui sera de plus en plus nécessaire.

La seconde manifestation du vieillissement c'est évidemment l'augmentation – particulièrement forte à partir de 2005 – du nombre et de la proportion dans la population totale des personnes âgées de 60 ans et plus au moment d'ailleurs où ce sont les générations creuses du *baby-krach* qui atteindront l'âge d'entrée en activité professionnelle.

Les effectifs de population de 60 ans et plus vont augmenter très rapidement à partir de 2005; ils seront en outre composés de plus en plus de personnes très âgées puisque nous enregistrons une croissance importante de l'espérance de vie qui désormais résulte principalement du recul de l'âge au décès.

4. Je voudrais ainsi montrer que les pays européens – certes dans des proportions très variables – seront de plus en plus confrontés

⁽⁶⁾ Reconnaissons que le salaire moyen est une notion statistique qui ne rend pas compte de l'augmentation très sensible des inégalités.

à un déséquilibre croissant entre le nombre d'actifs effectivement occupés cotisants et le nombre d'inactifs allocataires. Ce déséquilibre est évidemment accentué par le fait que les jeunes entrent en activité professionnelle de plus en plus tard et que – en raison même des difficultés sur le marché de l'emploi – nos pays ont usé, et abusé, de dispositifs visant à baisser l'âge réel de cessation d'activité bien en-deçà de l'âge légal de la retraite.

Il y a plusieurs manières d'appréhender ce déséquilibre. La plus simple est de calculer le nombre d'adultes (20-59 ans) rapporté au nombre de personnes âgées (60 ans et plus). Ce rapport se dégrade régulièrement et le seul moyen de l'éviter serait de remonter l'âge frontière, donc l'âge de la retraite, ou, mieux encore, la durée d'activité professionnelle sur la durée de la vie. C'est une chose de le décider, ce fut l'objet de la réforme des retraites introduites en 1993 (Loi Veil); c'en est une autre de le faire, particulièrement lorsque le marché de l'emploi n'y est pas propice.

Mais l'indicateur réellement pertinent en l'espèce est le taux d'emploi – proportion de la population d'âge actif effectivement au travail – qui en France n'a cessé de décliner (de 63,8% en 1972 à 58,5% en 1992, selon l'OCDE); ou, mieux encore, le rapport de dépendance économique, celui-ci étant défini en rapportant la population n'occupant pas d'emploi (population scolarisée, chômeurs, emplois aidés, invalides, retraités et autres inactifs) à la population occupant un emploi régulier (non aidé). En procédant ainsi, je peux ensuite calculer le taux de dépendance économique des retraités et observer que, s'il s'est déjà considérablement dégradé depuis 1973, cette dégradation – à système économique et social inchangé – risque d'être bien plus dramatique à l'horizon 2010 et 2030.

5. Nos systèmes de protection et de régulation sociales sont confrontés à l'évidence à une crise financière et à une alternative extrêmement douloureuse:

- soit augmenter le prélèvement obligatoire au risque de faire supporter par les entreprises et par les actifs une charge d'autant moins acceptable qu'ils sont exposés à une concurrence internationale de plus en plus vive;

- soit stabiliser le prélèvement obligatoire et, comme son assiette – c'est-à-dire la croissance économique – a peu de chance d'augmenter beaucoup, le rendement du prélèvement demeurera relativement stable alors que le nombre d'ayants droit sera en croissance rapide. D'où le risque de voir le pouvoir d'achat des pensions de retraite, des allocations chômage ou les taux de remboursement de l'assurance-maladie diminuer.

Personne n'ayant le courage de faire des choix clairs face à cette alternative, tout le monde pratique des politiques d'ajustement au jour le jour, en augmentant un jour un petit peu le prélèvement obligatoire, par exemple, au travers de l'introduction de la Contribution Sociale Généralisée, en réduisant, un autre jour, les dépenses par exemple en jouant sur le système d'indexation des retraites. Manifestement tout le monde attend le retour d'une croissance économique plus forte qui – bien qu'elle m'apparaisse personnellement peu probable – viendrait comme par miracle résoudre les problèmes financiers susmentionnés. J'y reviendrai dans ma conclusion.

Hélas nos systèmes de protection sociale sont également confrontés à une crise d'efficacité et de légitimité.

La crise d'efficacité résulte de plusieurs facteurs: d'abord de la perte d'efficacité des interventions publiques ou para-publiques dans le cadre étroit de l'État nation. Ensuite du fait que nos systèmes de protection sociale reposent principalement sur deux piliers: l'emploi conçu au sens récent d'emploi salarié à temps plein à durée indéterminée, et la famille, conçue comme étant formée d'une femme et d'un homme mariés une fois pour toute élevant en leur foyer deux, à défaut de trois, enfants qui ne quitteraient le foyer familial que pour créer une famille identique. Or nous assistons à une très forte diversification des formes d'emploi et des structures familiales et, pour compliquer le tout, le même individu va durant sa carrière passer d'un emploi à un autre et d'une structure familiale à une autre. Tout cela devient donc très compliqué à gérer. Les itinéraires des

individus deviennent plus aléatoires et se diversifient.

D'autres facteurs jouent également un rôle important dans cette crise d'efficacité: ainsi en est-il de l'évolution des valeurs et notamment de la montée de l'individualisme. Ainsi en est-il également de la crise des corps intermédiaires qui sont de moins en moins représentatifs de la population mais qui jouent néanmoins un rôle tout-à-fait déterminant dans la gestion de nos régimes sociaux.

Je terminerai en soulignant que nos systèmes de protection et de régulation sociales sont également victimes d'une crise de légitimité liée, me semble-t-il, à l'absence de projet collectif qui tiendrait compte des opportunités et des contraintes particulières de la période actuelle et répondrait aux aspirations de nos contemporains. D'où le repli frileux de nos populations sur leurs droits acquis et leurs intérêts catégoriels qui fait que nous entrons dans le XXI^e siècle à reculons.

5. Quels futurs possibles?

Ce panorama peut paraître excessivement pessimiste. Soyons clairs, il y a des tendances irréversibles à l'horizon des deux prochaines décennies : tel est le cas du vieillissement démographique ainsi que de la mondialisation de l'économie. Il y a des tendances lourdes mais qui ne sont pas pour autant inéluctables comme, par exemple, la montée du chômage et du sous-emploi qui résultent, en France, d'un consensus implicite entre l'État et les partenaires sociaux. Nous avons en l'espèce de véritables marges de manœuvre qui hélas ne sont pas exploitées comme il conviendrait.

Le déclin des sociétés d'Europe occidentale ne constitue absolument pas une fatalité. Le futur reste pour l'essentiel à construire à partir de décisions et d'actions humaines qu'il convient de ne pas indéfiniment reporter au lendemain et qui, au fond, dépendent de notre capacité à nous projeter dans l'avenir et des "visions" que nous avons du futur.

Jamais l'éventail des futurs possibles n'a été aussi largement ouvert. Du fait de l'essor de la science et de la technologie, et des pouvoirs sans précédent qu'elles nous confèrent. Du fait de la désacralisation des grandes institutions et du déclin des idéologies, qui structuraient le débat public mais le stérilisaient également. Du fait aussi du caractère plus incertain, aléatoire, des trajectoires individuelles et collectives, de la moindre prégnance du processus ancien de reproduction sociale qui induisait une vision du futur très largement inspirée des schémas d'hier.

Plus que jamais, il est donc nécessaire – même si l'exercice devient plus périlleux – d'essayer d'anticiper ce qui peut advenir, d'explorer quels sont les futurs possibles – sans doute de plus en plus contrastés – qui peuvent découler de la situation présente. D'où la nécessité d'être en permanence vigilant vis-à-vis de ce qu'on appelait jadis les idées et faits porteurs d'avenir, les tendances lourdes et émergentes (les signaux faibles, comme

l'on dit aujourd'hui), dont les conséquences à moyen et à long terme peuvent être importantes.

Mais la vigie n'est pas suffisante. Au-delà de la compréhension que nous pouvons acquérir (immense défi!) de la dynamique du monde contemporain, reste éminemment nécessaire la construction d'images du futur: les unes élaborées en explorant les prolongements possibles d'une situation actuelle extraordinairement féconde en contraintes et opportunités, les autres davantage inspirées de nos espoirs et de nos rêves qui finalement demeurent l'essentiel moteur de nos actions même si, chemin faisant, une négociation inévitable s'instaure entre le souhaitable et le possible.

Prenant prétexte d'une incertitude croissante, ou s'attachant à l'excès à faire preuve de scientificité et bridant en conséquence leur imagination, ceux qui devraient faire œuvre d'une vision à long terme se limitent bien souvent à réfléchir au présent, au comment ? plutôt qu'au pourquoi?, aux instruments plutôt qu'aux finalités. Nos responsables publics, pour ne parler que d'eux, sont, il est vrai, plus préoccupés d'éteindre les incendies que de les prévenir, et plus inquiets de consolider le passé que de construire l'avenir...

Nous manquons en conséquence de visions du futur, de repères quant aux avènements possibles et souhaitables de nos sociétés et, du même coup, de véritable débat sur les politiques et stratégies à adopter.

Deux visions du futur

Implicitement, deux points de vue au moins s'opposent sur l'avenir des sociétés d'Europe occidentale qui ne sont – hélas! – jamais clairement exprimés et, *a fortiori*, débattus: l'un, quoi qu'on en dise, s'inscrit dans la continuation du passé, l'autre repose sur l'idée d'une rupture

radicale du mode d'organisation et de la dynamique économique et sociale.

Le premier, grossièrement, repose sur l'idée que la crise n'aurait qu'un caractère conjoncturel et donc passager. Que l'environnement international redevenant plus favorable, la construction européenne et le progrès technologique aidant, la croissance économique repartirait à un niveau plus élevé et durable. Que celle-ci s'accompagnerait d'une dynamique de création d'emplois permettant d'endiguer le chômage d'autant plus aisément que bientôt la population d'âge actif ira diminuant.

Surmontant ainsi le fléau principal de notre temps, nous pourrions sans peine, disent les porteurs de cette vision, allonger la durée d'activité sur la durée de vie et faire face aux dépenses liées, par exemple, au vieillissement démographique. Et la croissance retrouvée, au prix certes de sacrifices sociaux, permettrait de renouer avec le progrès social. En bref, leurs analyses s'inscrivent dans **la perspective des "Trente Glorieuses" retrouvées.**

Le second point de vue est tout différent. Ses partisans considèrent – je suis de ceux-là – que nous vivons une vraie période de rupture et que nos sociétés et nos modes de vie n'auront plus grand chose de commun avec ceux que nous avons connus après la guerre. La famille et l'emploi seront différents et joueront peut-être moins qu'avant le rôle de pierres angulaires dans l'édifice social. Le cycle de vie, surtout l'aménagement du temps et son usage ne correspondront plus au découpage et à la composition encore prédominants aujourd'hui.

La conjonction d'un chômage et d'un sous-emploi endémique avec le vieillissement démographique, dans une économie de plus en plus mondialisée et soumise aux contraintes d'une concurrence sans merci, nous conduira peut-être à nous organiser autrement, à remettre en cause notre organisation économique et sociale ainsi que nos modes de vie.

Serait-il aberrant que nous nous orientations alors vers une société toute différente, davantage fondée sur le principe de l'autonomie et du partenariat plus que sur celui du salariat et de l'assistance? Une société marquée, par exemple, par le fait que nous deviendrions **tous polyactifs de 17 à 77 ans**, poursuivant à tous les âges et simultanément, chacun à son rythme, des activités aujourd'hui artificiellement réparties selon les âges?

L'avenir ne sera sans doute conforme à aucune de ces deux visions – ni celle des "Trente Glorieuses" ni celle de la polyactivité assurée tout au long de la vie – qui sont excessivement simplificatrices. Mais, suivant la perspective dans laquelle, consciemment ou non, nous nous inscrivons, la perception du présent lui-même et des stratégies pertinentes diffèrent fondamentalement.

N'est-il donc pas temps de rendre ces points de vue plus explicites, ne fût-ce que pour les soumettre à la critique, et pour susciter un débat public de meilleure qualité, qui réponde davantage aux besoins actuels de sens, de cohérence et de performance ? Ceci constitue, à mon sens, un défi majeur et pour la prospective et pour la politique.

6. Documentos publicados

- DT 1 **Política de Concorrência e Política Industrial**
Nov. 96 *António Nogueira Leite* - (Esgotado)
- DT 2 **Transformação Estrutural e Dinâmica do Emprego**
Dez. 96 *Paulino Teixeira* - (Esgotado)
- DT 3 **Ética e Economia**
Jan. 97 *António Castro Guerra* - (Esgotado)
- DT 4 **Padrões de Diversificação dos Grupos Empresariais**
Mar. 97 *Adelino Furtado* - (Esgotado)
- DT 5 **Estratégias e Estruturas Industriais e o Impacto da Adesão à Comunidade Europeia**
Maio 97 *António Brandão, Alberto Castro e Helder de Vasconcelos* - (Esgotado)
- DT 6 **Têxteis, Vestuário, Curtumes e Calçado - Uma Visão Prospectiva**
Jun. 97 *João Abel de Freitas*
- DT 7 **O Comércio a Retalho Português no Contexto Europeu**
Jul. 97 *Teresinha Duarte*
- DT 8 **Será a Globalização um Fenómeno Sustentável?**
Out. 97 *Vitor Santos*
- DT 9 **Turismo Português - Reflexões sobre a sua competitividade e sustentabilidade**
Nov. 97 *António Trindade*
- DT 10 **União Europeia - Auxílios de Estado e Coesão Económica e Social - Tendências Contraditórias**
Jan. 98 *Maria Eugénia Pina Gomes*
 Mário Lobo
- DT 11 **Cooperação Comercial - Uma Estratégia de Competitividade**
Mar. 98 *Teresinha Duarte*
- DT 12 **Globalização e Competitividade - O Posicionamento das Regiões Periféricas**
Maio 98 *António Castro Guerra*
- DT 13 **Determinantes do Desinvestimento em Portugal**
Maio 98 *João Abel de Freitas*
- DT 14 **O Panorama da Indústria Siderúrgica em Portugal**
Jun. 98 *José Diogo Costa*
- DT 15 **Turismo, o espaço e a economia**
Jul.98 *João Albino Silva*

- DT 16 **A Dinamização da Cooperação Interempresarial no Sector de Componentes de Automóvel: O Caso de Estudo ACECIA, ACE**
 Dez. 98 *Catarina Selada, Teresa Rolo, José Rui Felizardo, Luís Palma Féria*
- DT 17 **O Euro, o Dólar e a Competitividade das Empresas Portuguesas**
 Jan. 99 *João Abel de Freitas, Sérgio Figueiredo, Vitor Santos*
- DT 18 **Consumo, Publicidade e Vendas Agressivas**
 Jan. 99 *Ana Luísa Geraldès*
- DT 19 **A História do Sector Automóvel em Portugal (1895-1995)**
 Fev. 99 *Luís Palma Féria*
- DT 20 **Mercosul: das Origens à Crise Actual**
 Abr. 99 *Franklin Trein*
- DT 21 **Mercosul: da Estrutura à Política Comercial**
 Maio 99 *Elivan Rosas Ribeiro*
- DT 22 **Tendências Pesadas no Contexto Nacional e Internacional**
 Maio 99 **Quelques Tendances Lourdes du Contexte National et International**
 (Edição bilingue)
 Hugues de Jovenel